



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS- LICENCIATURA**

KARINE DE OLIVEIRA LOPES

**SER DIFERENTE É EDUCACIONAL:
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO**

**FORTALEZA
2018**

KARINE DE OLIVEIRA LOPES

SER DIFERENTE É EDUCACIONAL:
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Raphael Alves Feitosa

FORTALEZA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L853s Lopes, Karine de Oliveira.
Ser diferente é educacional: a educação especial nas experiências de estágio / Karine de Oliveira
Lopes. – 2018.
50 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Curso de Ciências Biológicas, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Raphael Alves Feitosa.
1. Inclusão. 2. Estágio supervisionado. 3. Narrativas autobiográficas. I. Título.

CDD 570

KARINE DE OLIVEIRA LOPES

SER DIFERENTE É EDUCACIONAL:
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas.

Aprovada em: ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raphael Alves Feitosa (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Erika Freitas Mota
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Ma. Raquel Sales Miranda
Secretaria Municipal de Educação (SME)

Ao meu irmão Erick Lopes

"Faria qualquer coisa por ele, não faria?"

Qualquer que fosse o preço, independente do
que devesse ao Céu ou ao inferno."

(Cassandra Clare)

AGRADECIMENTOS

A Deus, Maria Santíssima e Santa Teresinha meus pilares de fé, força e esperança.

Aos meus pais Afonso e Gizelia pelos ensinamentos, dedicação e apoio vocês sempre serão meus professores. E aos meus irmãozinhos Erick e Luna que me fizeram rir em tempos de puro estresse.

Aos meus familiares que torceram desde o início pelo meu sucesso.

Ao meu namorado Roberto Junior que esteve comigo durante toda a minha trajetória acadêmica e antes de tudo isso também, obrigado por estar sempre que eu preciso.

Ao professor Dr. Raphael Alves Feitosa pela orientação e paciência no desenvolvimento desse trabalho.

As professoras que compõem a banca examinadora Dra. Erika Freitas Mota e a Ma. Raquel Sales Miranda, pela disponibilidade e pelas críticas construtivas.

Aos professores Dr. Roberto Feitosa, Dr. Raphael Feitosa, Dra. Ana de Fátima, Dra. Lígia Matias e Dra. Jania Teixeira que me inspiraram ao longo da minha formação docente.

Ao professor Me. Frederico Alekhine Chaves Garcia pela orientação na escola e pela disponibilidade.

Aos meus amigos de infância, da escola e da universidade que fazem a minha vida melhor com risadas, afeto e muito apoio. Alguns especiais como Lívia, Tayná, Roberto, Calixto, Batista, Edilane, André, Mércia, Biatríz e Scarlat o meu muito obrigada. Amo vocês.

Todo mundo tem seu jeito singular
De ser feliz, de viver e enxergar
Se os olhos são maiores ou são orientais
E daí, que diferença faz?

Todo mundo tem que ser especial
Em oportunidades, em direitos, coisa e tal
Seja branco, preto, verde, azul ou lilás
E daí, que diferença faz?

Já pensou, tudo sempre igual?
Ser mais do mesmo o tempo todo não é tão legal
Já pensou, tudo sempre tão igual?
Tá na hora de ir em frente
Ser diferente é normal!
Ser diferente é normal!
Ser diferente é normal!
Ser diferente é normal!
Ser diferente é normal!

Todo mundo tem seu jeito singular
De crescer, aparecer e se manifestar
Se o peso na balança é de uns quilinhos a mais
E daí, que diferença faz?

Todo mundo tem que ser especial
Em seu sorriso, sua fé e no seu visual
Se curte tatuagens ou pinturas naturais
E daí, que diferença faz?

Já pensou, tudo sempre igual?
Ser mais do mesmo o tempo todo não é tão legal
Já pensou, tudo sempre igual?
Tá na hora de ir em frente
Ser diferente é normal

“Ser diferente é normal -Lenine”

RESUMO

O objetivo geral deste estudo consistiu em analisar como a educação especial se insere nas perspectivas de formação docente com base nas experiências vivenciadas durante o estágio. Levando em consideração as definições encontradas no histórico, na literatura, nas políticas públicas existentes e nas narrativas autobiográficas obtidas. Visando uma análise crítica a respeito da inclusão proposta pela mesma. Para isso, a fundamentação teórica do trabalho utiliza a fala de autores que analisaram a situação da inclusão de alunos especiais no ensino regular. Da mesma forma, foram utilizadas narrativas autobiográficas, fatos pontuais que aconteceram desde sua infância até a vida universitária. A análise destes relatos propiciaram reflexões acerca da vida docente que a espera futuramente. Para embasar essas reflexões a respeito do que se espera lecionando, foi analisada a narrativa de experiência do vivido de um educador, supervisor do estágio no ensino médio, que convive com a educação especial diariamente. As narrativas foram obtidas por meio de uma entrevista semiestruturada. Suas narrativas descreveram seu entendimento a respeito da educação especial e da inclusão, relataram como são ministradas suas aulas e quais seus métodos avaliativos para os alunos especiais. Além, de como ele entende as necessidades dos seus alunos e como a escola lhe proporciona auxílio em relação aos mesmos. Concluiu-se, logo após as análises, que a utopia da escola inclusiva ainda se encontra longe de ser uma realidade. No entanto, a realidade poderá ser mudada se houver força de vontade dos futuros educadores e o fornecimento de apoio, infraestrutura e material didático, para que a docência e o aluno especial, tenham um desenvolvimento educacional pleno.

Palavras-chave: Inclusão, Estágio Supervisionado, Narrativas Autobiográficas.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze how special education inserts on the teacher training stages based on experiences during the internship. Taking into account the definitions found in the history, literature, public policies existent regions and the autobiographical narratives collected. Aiming at a critical analysis in respect of the inclusion proposed by it. In this regard, the theoretical framework uses the Authors' speech who analyzed the situation of inclusion of special students in regular education. Likewise, autobiographical narratives were used, occasional facts that have happened since his childhood to university life. The analysis of these reports provided reflections on teaching life ahead. To base these reflections on what is expected in teaching, a narrative of the lived experience of an educator was analyzed, who is the supervisor of the internship on the high school, and have contact with daily special education. The narratives were obtained through a semi-structured interview. His narratives described his understanding regarding special education and inclusion and also reported on how his classes are taught and which evaluative methods are used for special students, as well as how he understands the needs of his students and how the school provides him with assistance in relation to them. It was concluded, after the analysis, that inclusive school utopia is still far from being a reality. However, the reality can be changed if there is willpower coming from the future educators and providing support, infrastructure and didactic material, so that the teaching and the special student have a full educational development.

Keywords: Inclusion, Supervised Internship, Autobiographic Narratives.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Apresentando Algumas Definições	15
2.2 Caminhando pela história da Educação Especial	17
2.3 As perspectivas da Educação Especial.....	21
2.4 Políticas Públicas para a Educação Especial	24
3 NARRATIVAS PROPORCIONANDO MOMENTOS DE REFLEXÃO.....	27
4 NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: UM RESGATE DE LEMBRANÇAS.....	29
4.1 Experiências da vida pregressa a faculdade	29
4.2 Experiências proporcionadas pela vida universitária.....	32
4.2.1 O contato com o novo.....	34
5 AS NARRATIVAS DO PROFESSOR: UM ESPELHO PARA A MINHA FORMA- ÇÃO DOCENTE.....	38
5.1 Um olhar de dentro	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FORMAÇÃO ESTÁ COMPLETA?.....	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	49
APÊNDICE B - GUIA DA ENTREVISTA	50
ANEXO A - RESPOSTAS OBTIDAS NA ENTREVISTA	51

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de sua vida foram cultivadas inúmeras relações pessoais sejam elas no seio familiar, na escola, nos relacionamentos amorosos ou no trabalho. E em algum momento lhe foi dito a seguinte frase “*Você é muito especial para mim*”. De acordo com quem disse a frase houve um sentimento associado de sua parte, um significado próprio. O dicionário Luft (2001) define especial como relativo a espécie; específico; próprio; fora do comum. Sendo assim, é uma palavra comumente utilizada para representar alguém único. Mas na área educacional essa definição continua a mesma?

A palavra especial no âmbito educacional é utilizada para descrever estudantes com alguma limitação e estes são amparados pelo sistema de educação especial. Esta, é caracterizada pela educação de alunos com algum tipo de necessidade especial, sendo visual, auditiva, física ou mental. Segundo Oliveira e Campos (2005), a educação especial lida com diferenças substanciais entre as diversas categorias de deficiência.

Devido a essas especificidades, a formação dos estudantes especiais era trabalhada de forma paralela ao ensino regular e delimitadas a escolas especializadas. Como afirma a crítica composta por Ferreira (2007, p.549):

[...] A prática educacional, na qual está inserida a Educação Especial, representou um sistema educativo paralelo, distinto e marginalizado. Esse procedimento demonstra a atitude de uma sociedade que se satisfazia em oferecer o mínimo, encobrindo o medo que representavam os alunos com deficiência.

Esses estudantes com alguma deficiência foram incluídos ao sistema regular de ensino tendo acesso aos mesmos conteúdos, práticas e vivências sociais dos alunos sem deficiência. Sendo retratado como um ensino de caráter inclusivo. Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015 no seu capítulo IV, Art. 28, inciso II afirma que é dever do poder público assegurar o

aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015).

No entanto, a proposta de educação vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva (FERREIRA, 2007). Araújo e Sousa (2006) acrescentam que:

[...] A escola brasileira tem se mostrado incapaz de aceitar e educar as pessoas com necessidades especiais. A falta de compromisso com o aluno, resultante do desconhecimento quanto ao papel da educação especial e de seus objetivos, por parte de alguns vem dificultando o atendimento educacional especializado, no contexto da escola comum (ARAÚJO; SOUSA, 2006, p.42).

Quanto a metodologia, busquei utilizar o modo narrativo autobiográfico e descrito

por Castro, Geraldi e Geraldi (2015) para exercer uma análise crítica. As experiências englobaram acontecimentos da minha vida que tiveram conexão com algum tipo de deficiência, depois como minha graduação me proporcionou vivências em educação especial e como essas situações influenciaram minha formação docente. Em seguida, analisei as respostas, obtidas por meio de uma entrevista semi-estruturada, relacionadas as experiências de um professor que exerce a educação especial no seu cotidiano.

Sendo assim, se a escola é geradora de muitas relações de poder complexas, e também gerador de muitos saberes (Lavergne, 2009) ela precisa ser inclusiva. Não se pode privar o estudante deficiente dessas experiências apenas por não saberem lidar com as suas diversidades. Essa problemática do “ser ou não ser inclusiva” vem sendo discutida por muitos pesquisadores entre eles Lavergne (2009), Ferreira (2007), Sasaki (2003), Garcia (2004) e Mendes (2006). Utilizando essas perspectivas foi levantado o seguinte questionamento como base da presente investigação: Como o contato com a educação especial no estágio pode influenciar a formação do futuro professor?

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar como a educação especial se insere nas perspectivas de formação docente com base nas experiências vivenciadas durante o estágio. Levando em consideração as definições encontradas no histórico, na literatura, nas políticas públicas existentes e nas narrativas obtidas - autobiográficas e de experiência do vivido (CASTRO; GERALDI; GERALDI, 2015), a fim de entender se elas estão tendo um caráter inclusivo para os estudantes com necessidades especiais. E então, relacionar essas perspectivas com a vivência docente narrada, em busca de perspectivas futuras da autora, estabelecendo uma análise crítica dos eventos.

Diante disso, os objetivos específicos deste trabalho são:

- Analisar o histórico e a legislação acerca da educação especial, a fim de contextualizar o cenário inclusivo que deve parecer nas instituições;
- Entender e analisar como a educação inclusiva aparece na realidade escolar;
- Relacionar as narrativas obtidas com o processo de formação docente da autora depois de uma análise das mesmas.

Nesta perspectiva, este trabalho visa compreender a educação especial e seu caráter inclusivo, pois a ideia ainda parece utópica como diz Lavergne (2009, p.19), “uma observação mais próxima das práticas formativas rumo a uma escola inclusiva revela as contradições e paradoxos entre elas e os ideais de parceria e de co-construção tão valorizados pelos pesquisadores.”

A música está intrínseca a sociedade e aparece como formadora cultural. Utilizar a música na docência é ser criativo, é explorar possibilidades. Chiarelli (2005, p. 1833), destaca que “[...] as atividades relacionadas à música também servem de estímulo para crianças com dificuldades de aprendizagem e contribuem para a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais.” Devido a essa importância, o título desse trabalho faz referência a um jogo de palavras devido a música “Ser diferente é normal”, interpretada por Lenine. O especial é relacionado muitas vezes à palavra diferente, justamente por significar algo que é distinto. E as diferenças são o que distinguem as pessoas umas das outras, assim como as deficiências. Aqui, busco identificar se a educação especial é retratada de modo “normal” no cotidiano e sendo “educacional” de fato.

Desse modo, o presente estudo foi dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta algumas definições relacionadas ao tema, o segundo busca resgatar, de forma breve, o histórico da educação especial no Brasil e no mundo, tentando descrever como se organizou a educação especial no cenário brasileiro. Em seguida, é desenvolvido o referencial teórico que embasou os estudos apresentados no decorrer do texto, tomando com base trabalhos que abraçam a perspectiva inclusiva da educação especial. Logo após, são discutidas as políticas públicas relacionadas a educação especial e como a inclusão aparece quando referenciada na legislação. Ademais, se encontra o capítulo referente as narrativas e a sua relevância para o desenvolvimento do trabalho. Por último, são abordadas as análises das narrativas da autora e do professor entrevistado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho foi dividido em quatro tópicos. No primeiro serão definidos alguns termos relacionados ao tema, as definições são importantes para a construção de uma linguagem livre de estereótipos e predefinições errôneas. Logo após, será abordada uma perspectiva histórica da educação especial no Brasil e internacionalmente. Os acontecimentos definem como a educação especial surgiu e como ela persevera até os dias atuais. Os eventos mostrarão também o surgimento da inclusão escolar e os obstáculos que a impedem de ser efetiva. Em seguida, serão abordados os trabalhos de pesquisadores voltados para a educação especial, apresentando os desafios e as perspectivas do tema. E, por fim, serão abordadas as políticas públicas brasileiras relacionadas à educação especial e as pessoas com deficiência.

2.1 Apresentando Algumas Definições

Para Sasaki (2003, p. 160), “[...] a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências.” Sendo assim, é importante definirmos aqui os termos corretos que promovem inclusão e uma comunicação livre de preconceitos.

Sasaki (2003, p.167) cita que essas reformulações dos termos estão diretamente relacionadas aos discursos da época e da sociedade que estavam inseridos. Para ele, “[...] a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.” Inicialmente, estão dispostos os termos que definem o cerne deste trabalho: Educação especial, inclusão e deficiência. Logo após, serão retratados termos de uso comum e suas reformulações ao longo dos anos.

Primeiramente, é importante definir a educação especial. Essa modalidade do ensino é caracterizada por possuir um conjunto de recursos e serviços especializados para fornecer apoio suplementar na rede regular de ensino. Seu objetivo é garantir educação formal aos alunos com alguma deficiência. Dessa forma, temos que a educação especial é uma vertente da educação responsável pelo ensino de um estudante com deficiência mental, visual, auditiva ou motora. A integração desse aluno deve ser feita preferencialmente no ensino regular, entretanto existem escolas especializadas que funcionam a parte do ensino regular. O ensino especial quando integrado ao sistema regular deve estar amparado por recursos e serviços especializados para que funcione corretamente e garanta o atendimento adequado a necessidade especial requerida (LAVERGNE, 2009).

A Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015 no seu capítulo I, Art. 2º define a pessoa com deficiência. Segundo a Lei:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Sobre a definição de inclusão Lavergne (2009) descreve que

[...] O termo “Inclusão”, em referência aos indivíduos que apresentam necessidades educativas especiais, vem responder ao princípio da progressiva democratização das sociedades, refletindo o postulado na filosofia da Integração/Inclusão, proporcionando uma igualdade de direitos, notadamente, no que diz respeito à não discriminação de direitos por razões de "raça", religião, opinião, características intelectuais e físicas de toda criança (LAVERGNE, 2009, p.77).

Agora serão retratados alguns termos que foram ou continuam sendo empregados com conotação preconceituosa pela comunidade quando querem se referir a uma pessoa com deficiência. Para cada um desses termos existe uma representação correta livre de estereótipos que devem ser empregadas em seu lugar. Primeiramente, temos o emprego frequente da palavra “normal” utilizada como adjetivo em expressões como “Criança normal”, “Adolescente normal”, “Pessoa normal” quando querem se referir a alguém que não possui deficiência. No entanto, esse termo era utilizado no passado, devido a desinformação e o preconceito, onde a sociedade propagava a ideia de que era anormal ter algum tipo de deficiência e acreditavam na normalidade das pessoas sem deficiência (SASSAKI, 2003). O correto, para evitar propagar essa discriminação, é utilizar os termos sem deficiência ou não-deficiente.

O termo normal também é empregado erroneamente para a educação. Algumas pessoas utilizam a expressão “Classe Normal” para definir uma sala composta apenas por pessoas não-deficientes. No entanto, os termos melhor utilizados são classe comum ou classe regular. O mesmo serve para o termo “escola normal”, a forma correta é escola regular ou escola comum. Tendo em vista medidas inclusivas, no futuro, bastará o uso da palavra classe ou escola sem adjetivá-la (SASSAKI, 2003).

Segundo Sasaki (ibidem, p. 166), existe algumas palavras que funcionam “[...] como eufemismo para negar ou suavizar a deficiência, o que é preconceituoso.” O emprego das palavras ditas, vítima, portador, sofre e condenada em frases como “a pessoa dita com deficiência”, “ele foi vítima de paralisia cerebral”, “ele sofre de deficiência mental”, “ela está condenada a cadeira de rodas” são indicativos de palavras de cunho preconceituoso, pois remetem a sentimentos de piedade. Deve-se definir apenas como *pessoa com deficiência*. Os diminutivos das palavras seguem a mesma linha de pensamento, descrever alguém como “ceguinho”, “mudinho” assume uma conotação de que a pessoa está incompleta. Além de tentar di-

minuir sua condição de deficiente para negá-la posteriormente em seu discurso.

Outros termos como aleijado, defeituoso, incapacitado e inválido já foram bastante utilizados para descrever alguém com deficiência. Sasaki (ibidem, p.160), afirma que “[...] estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente.” O autor ainda faz referência ao uso da palavra “pessoa” na definição, pois remete à sociedade a importância daquele ser humano na comunidade. Tornando a expressão incluída em relação à forma como era utilizada na década de 80.

Nas décadas de 50 a 70 eram utilizados o termo “criança excepcional” para definir crianças com deficiência mental. Contudo, o termo correto é criança com deficiência mental. Nas décadas de 80 e 90, o termo excepcional passou a referir-se a pessoas com deficiência mental e, também, a pessoas superdotadas ou com altas habilidades (SASSAKI, 2003).

A seguir, iremos discutir sobre alguns fatos históricos que estão relacionados com o processo de formação da educação especial no Brasil e, alguns fatos pontuais da história internacional onde a educação especial e a inclusão foram importantes para as pessoas deficientes.

2.2 Caminhando pela História da Educação Especial

Para Mendes (2006, p.387), “[...] a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis.” Esse foi um grande passo no processo educativo, pois reconheceu as pessoas deficientes como capazes de adquirir aprendizado, de transmitirem algum conhecimento para a comunidade e também de atuarem no mercado de trabalho.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições especializadas, ligadas à administração pública. O primeiro foi o Instituto Imperial dos Meninos Cegos em 1854, atualmente nomeado Instituto Benjamin Constant (IBC). Sob-regime de internato era ensinado aos alunos educação moral e religiosa, música, ofícios fabris e trabalhos manuais (JANNUZZI, 2017). O segundo, criado em 1857 também no Rio de Janeiro, foi o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). É importante ressaltar que nessa época não havia legislação ou diretrizes voltadas para as pessoas com deficiências (MILANESI, 2012).

É importante ressaltar que instituições como essas persistem até hoje. E se antes, elas eram a única porta de acesso a educação, hoje elas contribuem com o movimento segregacionista desses alunos em relação ao ensino regular (FERREIRA, 2007). As instituições

atualmente contribuem para o processo de exclusão da sociedade, pois determinam um público específico para se acompanhado e não desenvolvem um processo de aprendizado como seria no ensino regular.

Surgiu em 1883, a oportunidade de se discutir sobre educação especial em um Congresso de Instrução Pública. Dentre os temas a serem discutidos no congresso estava a sugestão de um currículo de formação de professores para cegos e surdos. Tendo como mediadores da discussão dois médicos (JANNUZZI, 2017). No entanto, logo foi esquecido e nenhuma medida foi tomada em relação ao assunto, levando a educação especial para a obscuridade mais uma vez.

Havia um contraste de progresso educacional na época, enquanto a educação superior era bem sucedida, os ensinos primários e o especial não eram levados em consideração. Era uma clara representação dos interesses da alta classe que buscavam elevar ainda mais seus *status* dentro da própria classe formando com qualidade seus filhos, os futuros representantes da família. O restante da população era rural e iletrada, alheia a busca de conhecimento e poder, continuaram sem receber atenção dos representantes governamentais. Jannuzzi (2017) destaca que para essa parte da população a escola não funcionou como elemento de patenteação de deficiências.

As pessoas que apresentavam qualquer tipo de anomalia eram escondidas da sociedade, pois representavam vergonha para sua família. Sendo assim, não havia razão para buscarem medidas públicas de apoio para esses deficientes. As deficiências mentais eram as mais passivas de preconceito, a “loucura” era para a população caso a ser resolvido com as entidades policiais e não com tratamentos médicos. Apenas em 1893, foi inaugurado um asilo para alienados em São Paulo (JANNUZZI, 2017). Embora tenha como objetivo atender esse público, essa instituição não adquire caráter educacional. Era apenas mais um lugar para deixá-los no esquecimento, resguardados das vistas da sociedade.

A Primeira Escola Especial para Crianças Anormas [sic] foi fundada em 1903, no Rio de Janeiro. No entanto, o objetivo da instituição era apenas confinar as crianças especiais em asilos de alienados (JANNUZZI, 2017). Demonstrando que para a população a principal solução para o assunto era essa, confinar as pessoas com necessidades especiais em manicômios e asilos. Essa resolução se dava apenas devido a falta de informação e o preconceito que as pessoas não-deficientes sentiam, esconder o problema era uma alternativa imediatista e menos trabalhosa do que procurar medidas paliativas. Esse descaso com o deficiente acompanha a história da educação durante todo o processo.

No início do século XX foi fundado, em 1926, o Instituto Pestalozzi direcionado

ao atendimento de pessoas com deficiência mental. Em 1945, Helena Antipoff inicia o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Todos estes institutos funcionavam a parte do sistema regular de ensino. Para Mendes (2006, p.387), “a segregação era baseada na crença de que eles seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados.”

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 1961). A década de 60 representa um marco na educação especial, nela se iniciou o processo de desinstitucionalização que persiste até os dias atuais. O objetivo é integrar o aluno com deficiência no ensino regular, contanto que sejam oferecidos suportes para a sua permanência e desenvolvimento de suas habilidades.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, Decreto nº 72.425, de 3 de Julho de 1973, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência com a finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais (LAVERGNE, 2009). A sociedade brasileira passa a aceitar a pessoa com deficiência. O governo inicia o processo de criar medidas públicas para assistir essa comunidade com a “finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais” (BRASIL, 1973).

A Constituição Federal de 1988 define no artigo 206, inciso I, a “[...] igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208) (DUTRA, 2007). O governo busca frisar que a educação especial precisa ser feita no ensino regular, pois é nele que ela obtém seu carácter inclusivo.

Em um contexto mundial, a partir da década de 1960, devido à crise mundial do petróleo, passou a ser conveniente adotar a ideologia da integração dos que estavam nas instituições para o ensino regular pela economia que elas representariam, devido ao alto custo dessas instituições segregadas, para os cofres públicos. Então, houve uma grande desinstitucionalização, ocasionada pela retirada das pessoas com deficiências das grandes instituições para reinseri-las na comunidade (MENDES, 2006). No entanto, a intenção desses feitos não é oferecer os deficientes educação de qualidade, ou proporcionar inclusão plena deles no ensino re-

gular. Essas medidas foram tomadas devido à crise financeira e a solução cabível que encontraram foi essa transferência. Para isso, foi preciso elaborar medidas que promovessem as potencialidades dos alunos deficientes no contexto educacional regular.

O primeiro passo dado pelas autoridades para transformar a educação especial integrada ao ensino regular, visando à inclusão, aconteceu na década de 1970. Mendes (2006, p.390) relata que

[...] a partir da década de 1970, houve uma mudança, e as escolas comuns passaram a aceitar crianças ou adolescentes deficientes em classes comuns, ou, pelo menos, em classes especiais. Essa filosofia foi amplamente difundida ao longo da década de 1980 no panorama mundial.

Mendes (2006, p.391) defende ainda que o movimento de inclusão se iniciou nos Estados Unidos e corrobora a hipótese afirmando que

[...] uma evidência disso pode ser constatada no fato de que, até meados da década de 1990, na literatura o termo “inclusão” aparece nos países de língua inglesa, e mais especificamente nos Estados Unidos, enquanto os países europeus ainda conservavam tanto a terminologia “integração” quanto a proposta de colocação seletiva no contínuo de serviços.

Em 1994, a Declaração de Salamanca marca mundialmente a difusão da filosofia da educação inclusiva. A partir de então, ganham terreno as teorias e práticas inclusivas em muitos países, inclusive no Brasil. Dessa forma, o paradigma da inclusão globaliza-se e torna-se, no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas (MENDES, 2006). Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (LAVERGNE, 2009).

Esses fatos históricos servem para trilhar o caminho da educação especial até o presente. É frisar que nem sempre as pessoas com necessidades especiais foram integradas a comunidade e tratadas como igual e ser humano. E aos poucos, no arrastar de muitas décadas essas pessoas foram ganhando visibilidade, foram sendo assistidas pelo governo e aceitas pela família.

Tendo como base essa breve historiografia aqui levantada, a seguir serão discutidos trabalhos sobre a educação especial. Neles, os autores colocam suas perspectivas sobre o assunto e discutem as dificuldades que a educação encontra e quais as medidas paliativas necessárias para um funcionamento adequado da mesma no ensino regular.

2.3 As Perspectivas da Educação Especial

Este trabalho apoia-se nas análises e perspectivas de pesquisadores que descrevem a educação especial e os princípios que a tornarão inclusiva. Entre eles estão Ferreira (2007), Lavergne (2009), Mendes (2006), Sasaki (2003) e Garcia (2004). Além deles, foram utilizados discursos de Lima e Pimenta (2006) a respeito da importância do estágio no processo de formação docente do licenciando. As discussões apresentadas nesse capítulo servirão de referências para as análises que virão nos próximos capítulos.

Segundo Sasaki (2003), é necessário que a comunidade tenha consciência da limitação dos deficientes, reconheçam e aceitem a diferença de cada um, para que haja a integração dessas pessoas na sociedade. Contudo, para que isso aconteça é necessário não esconder, menosprezar ou camuflar a deficiência, não propagarem o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência, expor com dignidade e respeito a realidade da deficiência e por fim, reconhecer as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência específica. Desse modo, a comunidade irá propiciar o desenvolvimento social do deficiente garantindo sua integração. E essas influências externas devem ser levadas em consideração quando se quer inserir um aluno especial, pois o contexto social influencia os relacionamentos, a aprendizagem e a independência desses alunos sujeitos a exclusão (FERREIRA, 2007).

Os conceitos de inclusão e exclusão social é discutido por Garcia (2004) em seu trabalho. Para ele, a inclusão agora aparece carregada de inovação e revolução, em todos os âmbitos seja ele educacional ou social. E a exclusão sempre se limitou aos deficientes, com todos os tipos de deficiência, por serem considerados incapacitados socialmente. Logo após, o autor alega que a atuação das políticas inclusivas tem sido oferecida como a solução radical ou parcial para a exclusão social. Desse modo, eles aparecem como duas representações sociais, embora apresentem ideias opostas, elas não podem ser consideradas separadamente por constituírem de forma intrínseca a sociedade que está inserida. “Ambos ocorrem juntos, ao mesmo tempo, sendo um necessário à existência do outro e, fundamentalmente, são identificados numa sociedade desigual” (GARCIA, 2004, p.30).

O objetivo da inclusão é inserir a criança com deficiência na comunidade, de modo que possam garantir-lhe os mesmos direitos de cidadania dos demais (LAVERGNE, 2009). Para essa inclusão ser efetiva a sociedade precisa ser capaz de aceitar as diferenças, entender as necessidades específicas dessas pessoas e, principalmente, fornecer condições para o desenvolvimento social das mesmas. Desse modo, a escola aparece como facilitadora desse processo de integração social. No entanto, embora seja dito que a inclusão prevalece no sistema regular e que a educação especial está sendo verdadeiramente integrada ao ensino, ainda

[...] presencia-se a separatividade existente entre dois sistemas paralelos de ensino: o regular e o especial. Ainda hoje eles competem entre si não apenas no que se refere à baixa qualidade do ensino oferecido, mas também em relação aos projetos e programas desarticulados, que são conflituosos, gerando desperdício, ineficácia, ineficiência e desigualdade de oportunidades (FERREIRA, 2007, p.549).

Após anos de discriminação, os deficientes conseguiram a atenção da comunidade através dos movimentos sociais, como os da década de 60, que “[...] conscientizaram e sensibilizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com *status* minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável” (MENDES, 2006, p.388).

Essa vertente de pensamento aproxima-se da fala elaborada por Garcia (2006) quando ele ressalta que “[...] a integração constituiu-se em bandeira de um movimento social que se opunha à segregação, assim definida a permanência em instituições específicas para crianças e jovens considerados com deficiência.” Sendo assim, é necessários reintegra-los a sociedade de alguma forma e a educação passou a funcionar como essa ponte, mais especificamente uma vertente da educação regular denominada de educação especial.

O objetivo da educação especial é garantir educação formal aos alunos com alguma deficiência (LAVERGNE, 2009) e esse ensino, preferencialmente, deve estar ligado ao ensino regular. É importante ressaltar que a educação especial muitas vezes é entendida como uma “ajuda ao necessitado”, um suporte para a família e uma assistência pontual. Quando na verdade ela deve estar capacitada para receber aquele aluno e ensiná-lo, acolhendo sua necessidade especial. Ferreira (2007) faz uma crítica ao sistema, segundo ele a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva.

Mendes (2006) repreende a ideologia fantasiosa que circunda o sistema educacional inclusivo. Para ele, será necessário

[...] ir além dos argumentos ideológicos, do romantismo, da ilusão de que será um processo fácil, barato e indolor, se quisermos avançar de fato em direção a um sistema educacional mais inclusivo, e escrutinar continuamente se não estamos produzindo, sob a bandeira da inclusão, formas cada vez mais sutis de exclusão escolar. (MENDES, 2006, p. 401)

Ou seja, nosso papel como educadores consiste em buscar meios que facilitem e promovam a inclusão no cotidiano escolar e não apenas idealizar esse processo. Para isso, temos vários níveis de integração escolar, se relacionar os vários níveis de deficiências, apoiados pelo sistema educacional que promove os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos e cabe aos docentes, familiares e o governo verificarem a aplicação dessas medidas.

Devido a essas dificuldades, a inclusão aparece como uma ideia utópica para Lavergne (2009, p. 19), “uma observação mais próxima das práticas formativas rumo a uma escola inclusiva revela as contradições e paradoxos entre elas e os ideais de parceria e de construção tão valorizados pelos pesquisadores.”

Lavergne (2009) ressalta que apenas rotular as deficiências e dificuldades das crianças especiais não é suficiente para entender as necessidades que as cercam e propor medidas inclusivas. Para ele

[...] não basta descrever as limitações físicas, sensoriais ou intelectuais de certas crianças; não basta invocar e exigir sua inclusão nas escolas da rede regular de ensino; não basta estabelecer a nomenclatura inteira das condições e dos materiais necessários ao acolhimento das crianças “diferentes” (LAVERGNE, 2009, p. 73).

Sendo assim, é necessário que existam medidas político-pedagógicas efetivas no ambiente escolar para essa criança seja realmente incluída no processo de ensino. Para isso, escola teve seu papel reestruturado, o que acarretou mudanças no ensino que antes não possuía consciência ou respeito em relação à diversidade, e passou a atender melhor a necessidade de cada estudante fornecendo recursos na própria escola (MENDES, 2006). Uma exemplificação desse meio é a sala de recursos multifuncionais, uma sala destinada a atender o aluno com deficiência equipada com computadores, livros, máquinas e materiais pedagógicos.

As dificuldades encontradas pelos professores não está restringida a área da educação especial. O sistema de ensino, principalmente o público, apresenta barreiras de produtividade devido à escassez de auxílios e ferramentas. Ademais, o nível dos alunos está sempre oscilando, a produtividade e o conhecimento deles variam e isso pode representar dificuldades para o educador. Como é elucidado por Ferreira (2007):

[...] Qualquer educando, independente de ser um aluno com deficiência ou não, pode, em algum momento, experimentar dificuldades no processo de aprendizagem, resultantes da interação entre as características desse aluno e as exigências, os programas e os instrumentos de avaliação utilizados pela instituição (FERREIRA, 2007, p.551).

A educação especial encontrou dificuldades em sua trajetória, pois ela foi formada com base na opinião de juristas, sem sequer considerarem a opinião e os interesses dos próprios portadores de deficiências, suas famílias, educadores, estudiosos e prestadores de serviços (MENDES, 2006). E ainda encontram-se defasada devido a falta de profissionais especializados, materiais didáticos, estrutura e o descaso do poder público. No entanto, a caminhada não acabou se faz necessário continuar buscando melhorias e priorizar a voz dos deficientes que são os mais interessados nesse progresso.

Por fim, fez-se necessário analisar neste trabalho a educação especial pela pers-

pectiva do estágio. E como ela influenciou a formação docente da licencianda. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Biológicas (UFC, 2005), os estágios supervisionados nas escolas constituem a oportunidade de inserção dos futuros Licenciados na realidade escolar. Os estágios são divididos em dois momentos: o primeiro consiste em observar o ambiente escolar e algumas regências do professor-supervisor da escola; depois, é realizado as regências pelos estagiários, momento em que o aluno se posiciona como docente e aprendem na prática o exercício de sua profissão.

Lima e Pimenta (2006), corroboram esse discurso quando dizem que

[...] o exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer 'algo' ou 'ação'. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons (LIMA; PIMENTA, 2006, p.7).

É importante ressaltar, que a prática do estágio deve estar sempre vinculada a reflexão do vivido. Para que se possa retirar de todas as experiências o conhecimento necessário para a evolução constante do docente. A prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão pode reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática (LIMA; PIMENTA, 2006). As autoras descrevem que a atividade de estágio fica reduzida

[...] à hora da prática, ao como fazer, às técnicas a ser empregadas em sala de aula, ao desenvolvimento de habilidades específicas do manejo de classe, ao preenchimento de fichas de observação, diagramas, fluxogramas (LIMA; PIMENTA, 2006, p.9).

As regências realizadas pelos estagiários constituem de aulas orientadas pelo professor responsável da escola. Algumas vezes, o professor explicita a melhor metodologia para a turma em questão e qual o assunto deverá ser abordado em seguida para não comprometer os estudos da série. Embora possa ser pré-determinadas, essas miniaulas proporcionam o entendimento de prática presente nessas atividades é o de desenvolvimento de habilidades instrumentais necessárias ao desenvolvimento da ação docente (LIMA; PIMENTA, 2006).

Após a discussão levantada anteriormente, será abordado a seguir as medidas públicas brasileiras que sustentam a educação especial. Elas representam o suporte do sistema educacional, nelas estão definidas os direitos e deveres dos deficientes e, também, como devem ser supridas as suas necessidades educacionais.

2.4 Políticas Públicas para a Educação Especial

As políticas públicas aqui apresentadas englobam principalmente o princípio da dignidade humana e objetivam tratar o deficiente como um comum, tirando dele o rótulo de

incapacitado. Elas abordam temáticas inclusivas, direitos e medidas paliativas necessárias para o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Ademais, políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, devem estabelecer custos adicionais para suprir as demandas necessárias do mesmo, bem como contratar e promover a formação continuada dos profissionais, oferecer condições estruturais, além de garantir materiais fundamentais para o efetivo aprendizado (MILANESI, 2012).

Um documento que preza a qualidade de vida das pessoas com deficiência é a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), esse documento que leva o nome da cidade da Espanha, foi criado no ano de 1994 durante a Conferência Mundial de Educação Especial. A pauta da reunião se baseava na “[...] necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial.”

Uma das vertentes da Declaração propõe aos governos que “[...] adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.” Essa é a proposta da educação inclusiva atual integrar o aluno no ensino regular, mas dando suporte o suficiente para mantê-lo estudando. A declaração ainda coloca em pauta que o desafio da escola inclusiva é no que diz respeito ao “[...] desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa.”

A Declaração ainda faz referência a vontade dos alunos. O documento expressa que “[...] qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados.” O fato é que se os alunos possuem suporte do governo, da família e da escola a probabilidade deles continuarem dentro do ambiente educacional é muito maior do que aquele que não possui apoio algum, ou não tem seus desejos levados em consideração.

Levando em consideração leis atuais, a principal Lei a ser pauta aqui é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é a Lei Nº 13.146 aprovada em 6 de Julho de 2015. Essa Lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Em seu Capítulo II, Art. 4º ela predetermina que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. O preconceito é uma barreira de exclusão que necessita ser quebrado.

A conscientização e o respeito são grandes combatentes desse mal, a informação pode retirar o medo que a comunidade possui das diferenças. E esses valores e conceitos podem sustentar os princípios da educação inclusiva e para todos.

A educação é abordada nesta mesma Lei no capítulo IV, Art. 27. Nele é instituído que o acesso à educação é um direito da pessoa com deficiência e para isso, deve ser

“[...] assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015).

O importante é que a educação especial seja baseada em conceitos justos e que preguem a humanidade do cidadão, buscando assim trabalhar em cima de suas competências e habilidade e não da sua deficiência.

Vale ressaltar que todos esses artigos buscam englobar uma melhoria de vida para a pessoa com necessidades especiais. Dentro da Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, capítulo II, Art. 8º expressa todos os direitos da pessoa deficiente e indica que

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 2015).

Por fim, a Constituição vigente de 1988 determina em seu Art. 3º, no inciso IV, o intuito de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Isso é importante por que garante os direitos de todas as pessoas sem distinção e promovem um processo de inclusão social de modo generalizado.

Após essa revisão de literatura, depois de analisar a história, os conceitos e os direitos das pessoas com deficiência, vamos relacionar esses conhecimentos com o cotidiano. Para isso, será utilizada a óptica das narrativas que englobam a educação especial em seu meio de uma licencianda e de um professor formado.

3. AS NARRATIVAS PROPORCIONANDO MOMENTOS DE REFLEXÃO

Para Oliveira e Paiva (2008), a pesquisa narrativa mais comum pode ser descrita como uma metodologia que consiste na coleta de histórias sobre determinado tema. Para isso, o pesquisador deve fomentar suas histórias com as informações adquiridas e analisar o tema abordado. De acordo com Castro, Geraldi e Geraldi (2015):

O modo narrativo organiza-se a partir da experiência particular dos sujeitos, no que é contextual e singular. A experiência lida com as idiossincrasias do mundo e vale-se para isso da força da tradição, não sendo passível de ser “comprovada cientificamente” pela sua própria natureza (CASTRO; GERALDI E GERALDI, 2015, p.).

Cunha (1997, p.1), acrescenta ainda que “[...] as narrativas dos sujeitos são a sua representação da realidade e, como tal, estão prenhes de significados e reinterpretações.” Sendo assim, deve-se estar sempre atento com o que se busca em uma narrativa específica. Devido a essa liberdade de discurso é importante limitar o universo apresentado nas narrativas e uma forma de se fazer isso é utilizar narrativas escritas, pois elas são disciplinadoras do discurso e promovem uma melhor compreensão da narrativa estudada. Dessa forma, as narrativas são importantes devido ao fato de que ela provoca mudanças na forma como a pessoa compreende a si mesmo e, também, a outras pessoas (CUNHA, 1997).

Portanto, as narrativas aparecem nesse trabalho de dois modos. O primeiro tem caráter narrativo autobiográfico, onde serão levados em consideração momentos específicos da vida da autora, fatos pontuais que aconteceram desde sua infância até a vida universitária que representaram experiências com pessoas com deficiência. O segundo são narrativas de experiências educativas abordadas do ponto de vista de um professor do ensino regular em relação aos seus alunos deficientes.

As histórias podem ser obtidas por meio de vários métodos: entrevistas, diários, autobiografias, gravação de narrativas orais, narrativas escritas, e notas de campo (OLIVEIRA; PAIVA, 2008). Neste trabalho foram utilizados dois métodos, o primeiro consistiu em análises de diários pessoais e lembranças da autora para poder descrever as narrativas autobiográficas. Para complementar essas narrativas, também foram utilizadas as análises dos diários escritos durante os estágios, estes foram confeccionados logo após cada atividade de observação e de regência e possuíam um caráter descritivo e biográfico. Como descrito por Gonçalves *et al* (2008,p. 42), “[...] o diário é compreendido como um artefato que visa estabelecer a socialização das práticas vivenciadas e, por conseguinte, a interação das opiniões da formadora e dos professores em formação inicial.” O resgate das lembranças pelos diários proporcionou uma autenticidade da produção e uma melhor veracidade dos fatos, pois com dito anteriormente, as narrativas quando escritas elas promovem uma melhor compreensão dos fatos.

O segundo método se desenvolveu por meio de uma entrevista semiestruturada, retratando o cotidiano de um professor que trabalha com alunos especiais. As narrativas do professor aparecem como um modelo para a formação docente da licencianda. Depois de analisadas, suas narrativas foram relacionadas as experiências da autora durante seu estágio e lhe proporcionaram reflexões a cerca de sua futura vida docente. Dessa forma, a importância de utilizar a narrativa de outra pessoa é destacada por Cunha (1997, p.1), quando ressalta que “[...] trabalhar com narrativas na pesquisa e/ou no ensino é partir para a desconstrução/construção das próprias experiências tanto do professor/pesquisador como dos sujeitos da pesquisa e/ou do ensino.”

Segundo Duarte (2004), entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos. O universo aqui foi limitado pelas experiências de um professor, 30 anos, que leciona a 8 anos no ensino público e convive com a educação especial diariamente pelo mesmo período. Ele se graduou em Ciências Biológicas no ano de 2009 pela UFC. Ele foi escolhido devido a sua familiaridade com o tema e a proximidade de suas experiências com as da autora. Além da sua disponibilidade para a realização da entrevista. O professor assinou um termo de consentimento onde ele autoriza a utilização de sua fala para a realização deste trabalho (Apêndice A).

O tipo de entrevista selecionado foi a semiestruturada composta de sete perguntas subjetivas (Apêndice B), a entrevista foi gravada e logo após, transcritas em formato de texto corrido. Duarte (2004, p.216), ressalta que

[...] Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista.

A entrevista teve como objetivo analisar o posicionamento do entrevistado em relação as medidas inclusivas, o que ele entende por inclusão, como o ambiente de trabalho que ele está inserido promove a inclusão e quais são as estratégias político pedagógicas utilizadas dentro e fora de sala para que haja um ambiente escolar inclusivo. As respostas (Anexo A) foram mantidas como o discurso foi obtido, com coloquialismos, vícios de linguagem e erros de concordância. Elas foram analisadas no capítulo 5 (pág. 38) .

Por meio dessas narrativas, serão resgatadas as experiências do vivido. No entanto, elas não serão apenas expostas, elas serão analisadas e proporcionarão uma reflexão a cerca dos acontecimentos. Pois, quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, ela acaba dando-lhe novos significados dos fatos e aprendendo com os mesmos (CUNHA, 1997).

4 NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS: UM RESGATE DE LEMBRANÇAS

As narrativas descritas aqui relatam as vivências e experiências que tive com pessoas deficientes. Não será descrita toda a minha história de vida, serão apenas relatos pontuais e isolados, pois só serão descritos as experiências relevantes para o tema abordado. Essas narrativas autobiográficas estão divididas em relatos da infância e adolescência, que marcaram minha vida antes do ingresso na universidade. E logo após, estão os relatos vividos durante a graduação. Em destaque, estão as experiências proporcionadas pelos estágios supervisionados que me colocaram em contato com a educação especial pela primeira vez.

4.1 Experiências da vida pregressa a universidade

Minha primeira experiência com pessoas especiais aconteceu aos 8 anos. Como toda filha única eu sempre quis ter irmãos e depois de longos 8 anos brincando sozinha fui informada que ganharia uma companhia. E eu decidi por mim mesma que amaria meu novo amigo por inteiro, apesar de dividimos apenas a paternidade. Veio um menino e desde antes do nascimento sabíamos que ele teria algum tipo de deficiência. Ele possui o cerebelo atrofiado e se porta como um bebê recém-nascido. Característica da malformação de Dandy-Walker, ou seja: agenesia completa ou parcial do vermis cerebelar. Dependendo do grau da malformação encefálica cerebelar, pode haver retardo mental, espasticidade, convulsões e vômitos, o tratamento é apenas de suporte e sintomático (FONSECA *et al.*, 2017).

No entanto, para uma criança que tipo de diferença isso faria? Para mim, não fez, e ainda hoje não faz, nenhuma diferença apenas o observei crescer e também observei o mundo pela perspectiva dele. A dependência dele de terceiros fez aflorar em mim um instinto maternal, apenas queria protegê-lo e cuidar dele. Quando saíamos e as pessoas ao redor dirigiam a ele olhares penosos eu sempre ficava irritada e expressava minha indignação ao meu pai com questionamentos como “*por que as pessoas sentem pena dele se ele é feliz?*”. E meu pai respondeu “*Meu anjo, as pessoas não entendem como ele é*”. Silva (2006, p.427), elucida essa fala quando afirma que

[...] o que parece perturbar nos contatos com pessoas com deficiência é o fato de não sabermos como lidar com elas, posto que a previsibilidade é uma forte característica das relações sociais da contemporaneidade.

Mesmo sem saber, meu irmão tinha me tornado um ser humano livre de preconceitos e estereótipos. A convivência com ele me permitiu ver todas as pessoas como igual, pois se eu o enxergava como normal nenhuma outra pessoa seria diferente.

Na minha busca por conhecimento e com meu fascínio pelo especial, aprendi aos 10 anos o alfabeto em LIBRAS sozinha. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma lín-

gua com características próprias e representa a comunidade surda brasileira. Nela os alunos desenvolvem sua formação, sua identidade e passam a integrar a sociedade. Sua importância é destacada por Silva (2016, p. 34)

A Língua de Sinais é a língua dos surdos, sendo fundamental para o seu desenvolvimento em todas as esferas (sociolinguística, educacional, cultural, entre outras). [...] É por meio das mãos e de uma complexa expressão corporal captada pelos olhos, principalmente, que os surdos se comunicam e se constituem linguisticamente; sua língua, a Língua de Sinais, é sinalizada e se configura de modo diferente das línguas orais.

E é apoiada pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, no Art.1, parágrafo único que define:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL,2002).

O intuito era aprender apenas por achar interessante, aprender meu nome e saber algumas palavras. Eu não tinha ninguém para exercitar o que aprendia e com um tempo parei de estudar. Anos depois, estava conversando com um amigo o quanto achava interessante a linguagem de sinais e ele me contou que tinha o mesmo interesse. Depois disso, passamos algumas aulas conversando em LIBRAS quando os professores viravam de costas. Dividimos também uma experiência em uma lanchonete quando a atendente era surda e tínhamos que dizer o que beber e soletrando todas as letras nos sinais conseguimos nos fazer entender por ela. Questionamos a nossa sorte de saber o mínimo para conseguir se comunicar com ela e como LIBRAS devia estar no conteúdo da disciplina de português.

A minha vida escolar, do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, ocorreu em uma escola particular que atendia a classe média de Messejana, bairro de Fortaleza-CE. Durante esse tempo a escola em si não me proporcionou experiências de convívio com alunos especiais devido à ausência dos mesmos em todas as classes, do infantil ao médio não havia aluno com qualquer tipo de delimitação física ou mental. Esse fato não era questionado pelos demais alunos, nem discutido pelo corpo docente, nem pelos gestores.

Sendo assim, minha vivência ficou restringida ao transporte escolar. Contrastando com minha situação escolar no transporte eu era a única sem deficiência. O transporte era destinado a crianças autistas, mas como meu bairro era desprovido desse serviço o dono, chamado aqui de Tio L., concordou em me levar apenas se eu não me importasse com a companhia dos garotos. Ele não estava preocupado com os outros, mas sim em como eu reagiria aos garotos por serem diferentes e analisando agora eu descrevo como um sentimento de proteção em

relação a situações de preconceito que ele deve ter vivenciado anteriormente. Então meu pai lhe contou sobre o meu irmão e da minha afinidade com “o diferente” e por seis anos eu fiquei na companhia deles. Depois de um ano observando meu comportamento com os meninos Tio L. resolveu integrar mais alunos comuns nos turnos da manhã, mas continuei como a única no período da tarde.

Existem duas situações de aprendizado no transporte escolar que me proporcionaram momentos profundos de reflexão. O primeiro foi quando Tio L. resolveu colocar um adesivo na parte de fora da Kombi com os dizeres “Crianças Especiais” era um adesivo grande que chamava atenção e ele justificou que era pra ficar mais fácil de estacionar e ter a compreensão dos outros motoristas. Passado um período de duas semanas L. retirou o adesivo com a palavra “Especial” deixando exposto apenas “Crianças” e eu questionei o que tinha acontecido com o restante da frase quando ele disse:

“Os meninos da manhã estão sendo vítimas de chacota dos coleguinhos da escola. Estão chamando eles de doentes. Doidos. Então as mães reclamaram e eu resolvi tirar. Mas não tem problema.”

Esse discurso me marcou por duas razões 1) utilizaram a deficiência como algo ruim, as mães se sentiram incomodadas da comparação com seus filhos normais 2) Tio L. falou com tristeza desse episódio como pai de duas crianças especiais ele ficou tão incomodado quanto eu em relação ao preconceito sofrido.

Para Silva (2006, p. 425) “o preconceito materializa um possível efeito do encontro entre pessoas, quando são acionados mecanismos de defesa diante de algo que deve ser combatido por constituir-se numa ameaça.” A ignorância dos demais a respeito das deficiências predetermina estereótipos negativos. Diante do novo, do irreconhecido, temos a propensão a generalizar utilizando estereótipos (SILVA, 2006). As crianças se tornaram propagadores de preconceitos quando estabeleceram que ser “especial” era ser mentalmente desequilibrado. Essa associação, feita devido à ausência de discussão sobre o tema, poderia ter sido evitada com um pouco de diálogo.

A outra situação foi mais alegre. A esposa do Tio L., chamada aqui de Tia B., gostava muito do meu “jeito” com os passageiros e prometeu que me levaria na instituição que eles estudavam qualquer dia. Aproveitando uma semana de eventos da escola que a presença não era obrigatória eu fui visitar a instituição. A instituição é privada e funciona desde 1993. O fato da instituição trabalhar a parte do sistema regular de ensino indica que ela não apresenta caráter inclusivo. Para Mrech (1998), inclusão é propiciar a ampliação do acesso dos alunos especiais às classes comuns, o que não acontece na instituição.

A visita me proporcionou algumas desconstruções do que eu tinha predefinido sobre educação: 1) Não havia carteiras, as salas fugiam do padrão convencional e se assemelhavam mais a salas de jardim de infância com muitos brinquedos e muita cor; 2) Não havia delimitação de turmas por idade, eles eram agrupados pelo grau de autismo. Totalmente diferente da minha convivência escolar onde a faixa etária determinava as salas.

A respeito desse assunto, podemos analisar essas desconstruções trazendo para a discussão as ideias de Oliveira e Campos (2005), ao afirmarem:

[...] a educação especial lida com diferenças substanciais entre as diversas categorias de deficiência (auditiva, física, mental e visual) e diferenças grandes entre pessoas de uma mesma categoria de deficiência, por exemplo, pessoas com deficiência mental (ou qualquer outra deficiência) possuem tantas diferenças entre si quanto pessoas comuns (OLIVEIRA; CAMPOS, 2005, p.56).

Ademais, os educandos não seguiam um conteúdo programado de ensino, os próprios alunos é que determinavam o ritmo do aprendizado. Constituindo um ambiente ideal como afirma Ferreira (2007), o ambiente escolar precisa se construir como um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um.

Perguntei a Tia B. se era realmente uma escola, pois no meu entendimento se assemelhava mais a uma creche se comparada a minha escola e como resposta eu obtive:

“Você vai à escola para aprender, não é? Todo dia alguma coisa nova acontece. Aqui é do mesmo jeito, certo? Só que eles aprendem de um jeito diferente do seu”.

A fala se liga ao pensamento exposto por Ferreira (2007, p.553), quando diz que é importante a compreensão de que “[...] a função da escola é ensinar e mostrar às crianças como o mundo é.” Sem que seja restringido apenas a conteúdos disciplinares.

Essas vivências expandiram minha concepção em relação ao mundo escolar. Ficou claro que nem todas as escolas seriam iguais, nem todos os estudantes teriam um padrão e se eu quisesse seguir a vida docente, teria que estar preparada para todas as novas situações que aparecessem.

4.2 Experiências proporcionadas pela vida universitária

A formação na faculdade em si não me proporcionou muito contato com a educação especial. A única cadeira que tangenciou o assunto foi a disciplina de LIBRAS, obrigatória para todos os cursos de licenciatura da Universidade Federal do Ceará (UFC). O Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso encontra-se desatualizado, em sua última versão (2005) LIBRAS ainda não era uma cadeira obrigatória nem sequer foi mencionada no documento. Contudo a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 explicita que LIBRAS fica restringida a apenas 3 cursos:

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do

Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002).

Entretanto, houve algumas dificuldades no decorrer da disciplina devido a uma doença que acometeu a professora e que durou quase todo o semestre. Devido a isso, foi ministrado apenas o básico do conteúdo pelos monitores como o alfabeto, expressões e membros da família. Estava ansiosa pelo desenvolvimento da disciplina, mas não aconteceu como eu esperava e o conteúdo não foi muito além do que eu já tinha conhecimento. Contudo, mesmo que a disciplina fosse mais extensa e abrangente, ela se limitava a teoria. Ou seja, não haveria uma prática em que daríamos aula pra algum aluno surdo, ou conversaríamos com alguém deficiente auditivo, a própria professora era ouvinte, assim como os seus monitores. Essa pouca experiência foi a única que tive no contexto acadêmico se levarmos em consideração a matriz curricular do curso. E apenas ela, não era suficiente para que eu pudesse lidar com estudantes com algum tipo de deficiência.

Agora deve ter surgido o questionamento. “Se você é tão ligada a esse assunto por que não fez uma disciplina optativa de educação especial?”. A resposta que eu vou lhe dar não deveria ser suficiente. Vai parecer uma justificativa esfarrapada, mas ela é muito séria e simples. “TEMPO”. Meu curso é integral, durante todos esses anos não houve um semestre que não fosse repleto de disciplinas. A nossa matriz curricular fica sempre com 7 a 4 disciplinas obrigatórias. Destas no mínimo 2 são de extrema dificuldade e repleta de conteúdos. Inúmeras vezes, minha turma discutiu essa questão de o curso ser sufocante. Você estudante de Biologia não fica possibilitado muitas vezes de ter uma bolsa, trabalho, fazer um curso de línguas ou sair. Isso considerando que você quer terminar o curso no tempo predeterminado. Amigos meus que fizeram algumas dessas atividades tiveram de abdicar de alguma cadeira no caminho e agora estão atrasados. E para mim, restou apenas esperar que durante a minha formação essa experiência aparecesse. E aconteceu quase no final do curso.

Dessa forma, meu contato com a educação especial aconteceu de forma prática durante meu último estágio no 3º ano do ensino médio em uma escola pública da capital. O curso de Ciências Biológicas exige 4 estágios supervisionados para compor a formação docente do licenciando, sendo 2 no ensino fundamental, um no 6º ano ou 7º ano e outro no 8º ano ou 9º ano, e 2 no ensino médio, um no 1º ano ou 2º ano e outro no 3º ano, totalizando uma carga horária de 400 horas.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Biológicas de

2005, os estágios supervisionados nas escolas constituem a oportunidade de inserção dos futuros Licenciados na realidade escolar, participando das várias etapas do processo de ensino-aprendizagem (UFC, 2005). Durante os estágios os alunos deverão analisar a estrutura político pedagógica-administrativa e o Projeto Político Pedagógico da escola. Os estudantes deverão desenvolver um projeto de ensino que será realizado ao longo do semestre, que englobará o planejamento, estratégias de integração da comunidade da escola, observação das aulas e Regência. E o aluno deverá ser orientado, não apenas pelo coordenador de Estágio da UFC, mas também por um orientador indicado pela escola campo de estágio. No decorrer desses dois anos de estágio apenas no último eu tive que lecionar para alunos com deficiência.

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais em geral, em contraposição à teoria (LIMA; PIMENTA, 2006). Nele o estudante de licenciatura conhece a dinâmica da sala de aula, como se portam os alunos, seu futuro ambiente de trabalho e adquire conhecimento com base nas dificuldades encontradas durante o processo. Contribuindo para a evolução do futuro docente devido as práticas reflexivas.

O estágio relatado aqui, será o último devido a conexão com o tema. Dentre todos, ele foi o que me trouxe mais reflexões se tratando de diferenças, preconceitos, idealizações e expectativas. E apesar do pouco tempo, ele foi o que me moldou como professora.

4.2.1 O contato com o novo

Os aprendizados adquiridos nos estágios foram essenciais para a construção da minha vida docente. Neles eu me vi como professora. Neles me foi tirado o *status* de observadora e estudante, para se assumir como responsável por uma classe, papel esse que até então nunca tinha vivido. Como toda primeira experiência, ela se mostrou assustadora no início, pois eu não sabia se estaria apta para algo tão importante. Era grandioso me assumir como docente, tendo uma família de professores e sendo filha de um. Eu assumi uma responsabilidade adquirida no berço e a transformei em vocação por amor.

As experiências do estágio envolveram observação do ambiente escolar, do cotidiano dos alunos e de regências feitas em sala, as observações foram descritas em relatos em forma de diários, resgatados com o intuito de realizar as análises a seguir.

A Escola pertence a rede estadual de ensino e está localizada no bairro de Fátima, Fortaleza, Ceará. A finalidade do ensino é educar novos cidadãos em nível de escolaridade média, compreendendo os anos de 1º, 2º e 3º, na educação básica. A escola atende uma demanda de alunos vindos de 50 bairros de Fortaleza devido sua qualidade de ensino. O público escolar desse bairros possuem de baixo a médio poder aquisitivo, possuem principais proble-

mas relacionados a falta de disciplina, médio desempenho escolar e falta de envolvimento adequado dos pais na formação deles.

Esse estágio como um todo me proporcionou uma experiência enriquecedora. Nele recebi apoio da escola e do professor responsável pelo meu estágio para lidar com as divergências. A escola em si prestava assistência aos alunos com uma sala de recursos multifuncionais onde funciona o núcleo de alunos com deficiência. Esse espaço é dedicado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e, também, para suplementar o currículo escolar (MILANESI, 2012).

Nela trabalhava uma professora responsável que auxiliava os demais professores a trabalharem com eles. Existia na escola alunos com deficiência motora e visual. A escola era bem estruturada em relação a isso, pois possuía rampas de acesso e corredores largos, além de material e apoio psicológico. Alguns capítulos de livros didáticos foram passados pra linguagem Braille e são usados pelos alunos com deficiência visual.

A observação da aula do professor me rendeu alguns questionamentos de como deveriam ser as minhas aulas e como eu poderia fazê-la inclusiva para os meus alunos cegos. Ele possuía uma grande preocupação com dois alunos deficientes visuais na turma. Buscando sempre trabalhar em harmonia com o núcleo de apoio ele frequentemente conversa e pede auxílio a professora responsável na tradução dos capítulos. Estando no pré-vestibular o foco é revisão de conteúdo e resolução de questões objetivando um bom desempenho dos alunos no ENEM. Devido a facilidade de acesso o professor utiliza o livro didático que a escola disponibiliza e faz resolução de questões do capítulo correspondente ao conteúdo. O capítulo que ele ia utilizar no dia da observação não tinha sido traduzido, então os alunos cegos tiveram apenas que ouvir a aula inteira.

Quando indagado sobre como ele lida com os alunos especiais ele disse que evitava utilizar muito o quadro para esquemas, buscava falar próximo a eles objetivamente e estar sempre disponível para retirar dúvidas. No entanto, notava-se a falta de experiência dele com esse tipo de situação. Sendo assim, discutível a inclusão desses alunos no sistema regular já que pouco foi feito no cotidiano da sala de aula. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (2001, p. 01)

Em contra ponto Milanesi (2012, p.17) afirma que [...] fica evidente o paradoxo

inclusão/exclusão quando, por um lado, os sistemas de ensino universalizam o acesso a educação, e, de outro continuaram excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizados da escola.

Depois das observações, chegou meu momento de dar aula. Como já relatei anteriormente, eu não tive experiência suficiente para saber lidar com a situação dos alunos especiais. Eu estava com receio e curiosidade sobre a situação. Eu havia determinado que a primeira medida em relação a eles seria policiar minha fala durante a aula. As expressões “olhem aqui”, “vejam bem”, “observem aqui” comumente utilizadas por mim seriam deixadas de lado nessa regência. Eu não queria que os alunos se sentissem excluídos do conteúdo e, para mim, o uso dessas expressões influenciariam esse processo.

Ao chegar à sala para a regência pude perceber algumas características comportamentais da turma em relação aos dois alunos deficientes visuais. Primeiramente, embora a turma fosse bastante numerosa eles estavam sentados um pouco afastados dos demais. Eles estavam sentados lado a lado, as únicas cadeiras próximas uma da outra. E ficou claro que eles encontram uns nos outros apoios. Atrás de ambos tinha uma menina que conversava com eles em alguns momentos. No final da aula eu fui perguntar a garota qual era o assunto das conversas paralelas deles. A situação era que eles perguntavam a ela o significado de alguns conceitos, pois não tinham entendido a pronúncia de algumas palavras ditas.

Os alunos cegos estavam sem o livro didático, apesar de os demais estarem em posse do seu material. Os capítulos que estavam sendo utilizados na revisão não haviam sido transcritos para Braille. Essa situação acontece frequentemente, pois a velocidade da tradução dos livros não consegue acompanhar a velocidade em que os assuntos são transmitidos em sala de aula. Sendo assim, eles só podiam ouvir as questões e suas resoluções. Para mim, eles pareciam inquietos balançando as pernas e tentando encontrar uma posição na cadeira, estava faltando algo para que se sentissem integrados a aula. E esse seria o papel do material didático que estava ausente.

Durante a aula eu observei o comportamento dos alunos e pude notar que a audição era o principal recurso que eles tinham. Eles inclinavam a cabeça em direção ao som da minha voz e quando a inclinação estava muito acentuada eu percebia que era porque eu já estava em uma distância considerável deles. Então, me aproximava mais para que eles tivessem um melhor aproveitamento da aula baseado na minha fala.

O assunto e a metodologia eram pré-determinados, pois se tratava do último ano do ensino médio, sendo assim os conteúdos eram revisões dos anos anteriores e a metodologia se limitava a resoluções de questões, e com a proximidade dos exames, cerca de três meses

até o ENEM, a prioridade era resolução do maior número de questões possíveis. A produtividade era marcada pela quantidade de questões resolvidas durante a aula. O tempo também era limitado, devido alguns imprevistos em relação ao meu semestre e o semestre da escola, o tempo entre o planejamento e a aplicação foi mínimo e não me permitiu ser criativa. Desse modo, fiquei sem opções para conseguir realizar uma aula inclusiva e bem estruturada. Essa aula ideal, na minha concepção, seria realizada utilizando materiais que eles pudessem instigar os demais sentidos, tal como, o tato nos modelos didáticos. Cavalcante e Silva (2008, p. 2), ressaltam a importância desses recursos:

[...] Os modelos didáticos de ensino são diferentes propostas de apreensão da realidade do trabalho do professor, eles expressam as diferentes concepções sobre o conhecimento, o ensino, e sobre o mundo em que vive.

Contrariando as minhas expectativas o assunto da aula foi sobre “Nicho Ecológico” um dos assuntos que não possuíam nenhum material extra para auxiliar durante a explicação. Essa situação acabou me frustrando, nada ficou como eu teria idealizado para a minha primeira oportunidade de trabalhar com educação especial. O estágio serviu como um choque de realidade. Ficou claro para mim que se quiser ser uma professora inclusiva e eficiente tenho que estar preparada para enfrentar as adversidades. De acordo com Gonçalves e Pimenta (1990) essa é a finalidade do estágio, propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará.

Em suma, essas vivências me influenciaram positivamente, todas elas formaram meu caráter, livre de preconceitos, estereótipos e discriminação. Um ser humano que visa igualdade e direito para todos. E, conseqüentemente, me formaram uma professora que busca incluir todos os seus alunos, sem distinção, nos processos de aprendizagem. Afinal, a educação é para todos (UNESCO, 1990).

A seguir serão dispostas as narrativas do professor orientador do estágio supervisionado, suas experiências servirão de base para a minha futura vida docente e proporcionarão reflexões a cerca da educação especial. Elas serão o meio utilizado para consolidar minha formação como professora, quando postas em contraste com as narrativas autobiográficas apresentadas anteriormente (CUNHA, 1997).

5 AS NARRATIVAS DO PROFESSOR: UM ESPELHO PARA A MINHA FORMAÇÃO DOCENTE

Em paralelo com as narrativas autobiográficas anteriores as narrativas aqui são direcionadas a situação da pesquisa. Elas estão limitadas as experiências docentes de um professor do ensino regular. E servirão de contraste as minhas experiências docentes no estágio. Seu convívio com a educação especial o torna um objeto de pesquisa perfeito para comparar a minha história de vida e formação com a dele. Essas análises serão essenciais para a minha construção docente. O universo aqui foi limitado pelas experiências de um professor, o mesmo que me orientou no estágio supervisionado, 30 anos, que leciona a 8 anos no ensino público e convive com a educação especial diariamente pelo mesmo período. Ele se graduou em Ciências Biológicas no ano de 2009 pela UFC.

Essas narrativas são descritas como narrativas de experiências educativas. A especificidade delas reside no fato de que o sujeito da experiência a narra para, debruçando-se sobre o próprio vivido e narrado (CASTRO; GERALDI; GERALDI, 2015), retirar depois da experiência o conhecimento necessário para tratar da situação posteriormente.

Sendo assim, as narrativas aqui não aparecem com o caráter autobiográfico. Diferentemente de como ocorre na novela de formação de base autobiográfica, nesse grupo, o narrador, pesquisador e sujeito da pesquisa faz emergir uma história do trabalho da docência, da gestão ou outra que está pesquisando (GERALDI, 2000). A seguir, estão expostas as respostas obtidas na entrevista e suas respectivas análises.

5.1 Um olhar de dentro

A primeira pergunta fez referência a vida acadêmica do entrevistado. Questionando se a sua formação foi suficiente para capacitá-lo para trabalhar com educação especial. O professor falou com tristeza que sua vida acadêmica não lhe proporcionou experiências suficientes *“Em relação a minha formação acadêmica, eu não tive nenhuma disciplina, nada, nenhuma palestra, nenhum tipo, digamos assim, de conhecimento formal em relação a educação especial.”*

Ele concluiu sua graduação em 2009, e segundo o PPP do Curso de Ciências Biológicas da UFC, não havia nenhuma disciplina com cunho de educação especial no currículo. Diferente do que eu vivenciei, pois em 2014 com a matriz reformulada, LIBRAS já era uma disciplina obrigatória no sétimo semestre letivo (UFC, 2006).

No entanto, ele ressalta que não buscou nenhuma disciplina extracurricular que remetesse ao ensino especial:

É, é claro que isso também é culpa minha, né, por que eu como estudante de graduação eu tenho o dever também de buscar, procurar essas ferramentas. [...] Pra falar a verdade, eu só passei a me preocupar com a educação especial depois que eu me formei quando eu tive contato com alunos que tinha necessidades especiais.

Esse discurso ficou muito próximo da minha realidade, assim como ele não busquei disciplinas por fora da matriz curricular exigida pelo curso. Das disciplinas optativas dispostas para graduação em Ciências Biológicas na modalidade Licenciatura, cerca de 87 disciplinas, não há nenhuma relacionada a educação especial. Dessa forma, para se ter acesso a alguma disciplina específica sobre educação especial seria como disciplina livre, ou seja, sem nenhum vínculo com o curso. Essa disponibilidade escassa somada a carga horária obrigatória do curso auxiliam a falta de procura minha e dele também.

Outra questão fazia referência ao que o professor considerava como inclusão:

Pra mim, inclusão é quando as pessoas estão convivendo no mesmo ambiente e todas estão contribuindo para a aprendizagem. [...] A inclusão não é só está lá fisicamente, mas é está lá também, digamos assim, socialmente. É ser visto, é ser notado. [...] a inclusão tem vários pontos positivos, e o maior é para o próprio aluno que está sendo incluído.

Sua definição ficou muito próxima do que afirma Oliveira e Campos (2005, p.54):

O princípio de inclusão deve fundamentar a prática pedagógica, resgatando a possibilidade de determinados educandos que, independentemente de suas condições, têm direito às mesmas oportunidades de realização de seu potencial psicossocial. No entanto, é preciso discutir as condições institucionais, administrativas e pedagógicas que poderão ou não concretizar esse princípio no cotidiano das escolas.

Essa resposta é positiva, pois evidencia que o professor tem um pouco de embasamento teórico a respeito do tema, e do que diz respeito ao seu posicionamento em sala para gerar um ambiente inclusivo. Acredito que a fala dele foi influenciada pela equipe de recursos multifuncionais da escola, ele mantém contato constante com a professora responsável pelo núcleo e essa proximidade pode ter estabelecido algumas concepções para ele. Quanto a mim, não tinha uma concepção de inclusão tão bem elaborada, devido a minha falta de experiência, a inclusão era apenas uma forma de manter todos unidos, sem distinção. Mas não sabia que era necessária tantas adaptações para tal.

O professor tem alunos no ensino regular com deficiências visuais, podendo ser completa (cegueira) ou parcial (baixa visão ou visão subnormal). Quando contestado sobre seus sentimentos em relação a esses alunos ele afirma que

Tem momentos que você acha que tá fazendo tudo certo, tem momentos que você acha que eles tão entendendo tudo e que você tá sendo um ótimo professor, mas tem momentos que você acha que eles não estão nem aí pra aula que você não tá conseguindo fazer eles entenderem tem momentos que você realmente fica mais pra baixo e que você se sente um pouco impotente.

Fica evidente nas suas respostas a apreensão que ele sentiu no primeiro contato

com esses alunos devido à falta de preparo. Da mesma forma que me senti, durante a minha regência, quando tive de observar a impaciência do aluno cego com seu balançar de pernas incessante, por que estava sem acesso ao material que os outros alunos tinham tão facilmente, e que essa ausência de material já foi suficiente para excluí-lo do processo de aprendizagem. No entanto, eu nada podia fazer a respeito. Sousa (2007, p.111) destaca que é dever da escola proporcionar os materiais didáticos necessários para que o docente possa obter o desenvolvimento da aula. Para o autor, “[...] as instituições escolares devem disponibilizar os recursos que serão necessários para uso do professor.” E nessa situação específica a escola falhou, pois, sem o livro em braile o desenvolvimento do conteúdo não atingiu a todos.

Essa impotência dentro de sala de aula pode ser amenizada com medidas paliativas vindas da escola. O apoio da escola ao corpo docente se torna um estímulo e acaba por melhorar a relação do professor com os alunos. E torna a inclusão do aluno deficiente efetiva. O professor descreve a escola como um espaço que propicia essa inclusão. *“A nossa escola ela tem um espaço, a sala de multimeios, voltado para os alunos de deficiência visual e tem uma professora que tem formação especializada para lidar com eles.”* Um local estabelecido pelo inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, para que forneça

serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos (2001, p.02).

O professor explicou ainda como funciona a dinâmica da sala: *“Eles vão pra lá, nesse espaço e se sentem bem a vontade. É um espaço em que eles tem acesso a modelos didáticos, tem os livros em braile.”* Esse espaço representa um centro de apoio, lá são discutidas as melhores medidas para auxiliar o desenvolvimento dos alunos e no contra turno são realizadas revisão dos conteúdos vistos em sala. O principal objetivo é fornecer condições adequadas para um desenvolvimento educacional pleno do aluno deficiente. Particularmente, fiquei bastante impressionada com a sala, pois quando cheguei na escola imaginei que haveria alguns professores que trabalhassem com os alunos com deficiência, mas não que haveria uma sala física, previamente equipada e com materiais didáticos a disposição.

A escola ainda conta com medidas paliativas efetivas para atender os alunos especiais como afirma o discurso do professor:

Em relação as políticas politico-pedagógicas nós do [colégio] temos um grande histórico de trabalhar com a diversidade de alunos, de todos os tipos. Desde deficiências visuais, mentais, até diversidade financeira e cultural. E tudo que se é feito é pensando nesses alunos.

Ele enfatiza que sua adaptação aconteceu aos poucos. Trabalhar com esses alunos

era novidade e saber tratar das suas dependências foi um processo que demandou tempo. Segundo ele

[...] no começo às vezes custa um pouco, às vezes tem um esquecimento, tenho de confessar, de você ir preparar um evento e se esquecer de englobar as necessidades específicas de alguns alunos e se torna um pouco constrangedor. Mas tão logo você se acostuma e entra na rotina da escola e ajuda a escola a acolher todos esses alunos.

Suas experiências se aproximam das minhas quando relacionamos com o início do estágio, já durante as observações eu estava apreensiva em relação aos alunos deficientes visuais, não havia experiências anteriores para que eu pudesse me embasar e o período de adaptação que ele cita, para mim foi relativamente mais curto o estágio tinha duração de seis meses. Sendo assim, acabou se tornando uma experiência imediatista que gerou frutos, mas não tantos quanto o professor adquiriu. Espero que quando for protagonista da minha história docente e estiver na mesma situação rotineira que ele, eu consiga o mesmo progresso positivo e, se possível, gere mais frutos.

Os seus alunos exigem formas avaliativas diferentes dos demais. Quando questionado sobre seus métodos avaliativos ele afirma que busca analisar o progresso dos alunos quantitativamente em relação as quantidades de questões resolvidas por eles e também de uma forma qualitativa:

A gente tenta observar de forma qualitativa como tá o desempenho deles em sala de aula. [...] Se discute com os outros alunos e com os demais professores sobre o desenvolvimento do aluno deficiente visual reservadamente, para saber o que ele está achando do conteúdo e quais as dificuldades. Às vezes, o aluno deficiente visual não se sente confortável pra falar diretamente com a gente, por isso buscamos conversar com os outros alunos.

Os alunos regulares também são envolvidos no processo de formação dos alunos deficientes. E para o professor essa situação representa aspectos positivos de crescimento pessoal nas duas vertentes. Ele alega que a convivência com os alunos cegos

[...] melhora a sociabilidade dos outros estudantes que ao lidar com um aluno teoricamente diferente deles, eles aprendem sobre diversidades e aprendem que as pessoas têm necessidades diferentes. E eu acho que isso engrandece a turma, sendo bom pros dois lados.

Analisando o discurso do educador, a narrativa de experiência porta uma conexão ao exposto por Oliveira e Campos (2005, p.54) que defendem a eficiência da inclusão do aluno deficiente no ensino regular. Contudo que hajam “[...] práticas educativas para possibilitar um atendimento adequado às necessidades especiais das crianças deficientes”. Entretanto, essas práticas não devem interferir no processo educativo dos outros estudantes. E para os alunos com deficiência, Ferreira (2007) afirma que “[...] quando em ambientes inclusivos, podem

apresentar melhor desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional.”

Mendes (2006, p.388), ainda acrescenta que os

[...] benefícios potenciais para os colegas sem deficiências seriam: a possibilidade de ensiná-los a aceitar as diferenças nas formas como as pessoas nascem, crescem e se desenvolvem, e promover neles atitudes de aceitação das próprias potencialidades e limitações.

Os livros didáticos são suportes utilizados no sistema de ensino. Para Lajolo (2008) “[...] a escolha e a utilização dele precisam ser fundamentadas na competência dos professores que, junto com os alunos, vão fazer dele (livro) instrumento de aprendizagem.” O entrevistado faz uso desse material didático diariamente. Em relação a utilização desse recurso, ele foi questionado sobre o acesso desse material específico. “[...] *Os alunos eles recebem o livro, então é utilizado o próprio livro e eles tem pelo menos uma parte desses livros em braile, dependendo da matéria eles já possuem o livro todo em braile.*”

O professor ainda enfatiza sobre o acesso ao material dizendo:

[...] *Temos, materiais confeccionados pelos professores, modelos prontos, livros em braile e aplicativos de computador. Não estou dizendo que é o ideal, falta muita coisa, mas com o que temos conseguimos suprir as necessidades básicas deles.*

As narrativas aqui apresentadas influenciaram minhas perspectivas em relação a educação especial. Se antes eu me encontrava com medo de não saber me portar em relação aos alunos, saber que alguém já formado e com uma vasta experiência docente também se encontrava com os mesmos receios foi reconfortante. No entanto, esse receio do professor é quase inexistente agora devido ao apoio que ele recebe da sua escola. O que ficou para mim, foi que ele só conseguiu a plenitude de um trabalho inclusivo devido as medidas paliativas existentes na escola.

Como a escola é estruturada fisicamente e possui uma equipe especializada apoiando o corpo docente essa transição do medo dele para a confiança aconteceu naturalmente. Sendo assim, tudo que eu preciso é acreditar que meu futuro local de trabalho propiciará essa condição ideal, de apoio, infraestrutura e material didático, para que tanto a minha docência como o meu aluno especial, tenhamos um desenvolvimento educacional positivo.

No entanto, a utopia da escola inclusiva ainda se encontra longe de ser uma realidade. Se levarmos em consideração o ditado popular “uma andorinha só não faz verão”, podemos fazer uma conexão com a luta por melhorias e inclusão que os professores exigem diariamente. Contudo, essa busca de melhorias não pode se restringir apenas aos professores, precisamos de mais andorinhas, quantas forem necessárias, e elas estão enjauladas no espírito dos alunos, dos familiares e do sistema educacional. Nosso dever como educadores é libertá-las.

Concluo esse pensamento com a fala esperançosa de Ferreira (2007, p. 551):

Para que se possa conceber a escola inclusiva, é necessário continuar trilhando um longo e árduo caminho. É imprescindível que a instituição educacional fique mais atenta a interesses, características, dificuldades e resistências apresentadas pelos alunos no dia-a-dia da instituição e no decorrer do processo de aprendizagem.

Sendo assim, devemos estar sempre atentos as possibilidades de melhorar o sistema educacional para os nossos alunos com deficiência e também de cobrar as melhorias necessárias para que haja uma inclusão social/educacional plena deles.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A FORMAÇÃO ESTÁ COMPLETA?

Os estágios me permitiram momentos de reflexão a respeito do que me espera futuramente como docente. As experiências em sala me proporcionaram uma perspectiva singular do “ser docente”, de estar à frente e responsável por uma sala, de planejar e elaborar uma aula e, principalmente, de como lidar com as diferenças de cada aluno. Os estágios iniciaram minha vivência docente prática e, apesar de alguns percalços, me instigaram a continuar o processo de formação profissional visando sempre tirar o melhor de cada experiência. Foi um processo enriquecedor sem dúvida.

O estágio cumpriu o seu papel de formador e também seu objetivo de proporcionar uma perspectiva da realidade escolar. As experiências com educação especial, apesar do medo inicial, me transformaram como docente. A impotência sentida durante as regências serviram para mostrar que ainda há um longo caminho a percorrer rumo a educação inclusiva. Que apesar de amparados por leis e decretos a educação especial encontra-se abandonada e com necessidades. Para isso, se faz necessário que o professor trabalhando em conjunto com a família, os outros alunos e o corpo docente tente mudar a estagnação desse sistema abandonado.

Em suma, fica uma fala de esperança, pois se vive em tempos de inclusão escolar, ou seja, em tempos de pensar/instituir uma escola que acolha, e não que exclua as diferenças humanas. A inclusão chega para romper com a pedagogia tradicional, na qual se estruturou a organização escolar, questionando a concepção de modelos ideais de alunos (MILANESI, 2012). Pelo o que pude observar, o processo de inclusão para se tornar efetivo necessita de auxílio da escola e do corpo docente. Sem essa ajuda, integrar uma criança deficiente ao ensino regular só tornará o processo mais excludente, pois suas potencialidades não serão desenvolvidas e ela permanecerá na periferia do processo de aprendizagem. Na escola observada, o processo de inclusão é trabalhado de forma eficiente, falta apenas terminarem de traduzir os livros para braile e então utilizá-los no ensino dos deficientes visuais.

Após as análises críticas do histórico e da legislação que estão relacionados à educação especial, pode-se perceber que tanto a educação especial, quanto as pessoas com deficiência foram marginalizados pela sociedade. Eram desprezados e foram ignorados até recentemente quando surgiram medidas públicas que determinavam os direitos e os igualavam as pessoas comuns. Dessa forma, a inclusão plena da criança com deficiência ainda encontra barreiras em seu processo. Essas crianças ainda encontram preconceito em seu caminho que acaba por atrapalhar seu desenvolvimento social/educacional. Então, apesar de estarem amparados pelo sistema, os deficientes ainda encontram dificuldades de serem incluídos na sociedade. A

aplicabilidade das Leis não é eficiente e devido a isso, os auxílios necessários para melhorar a qualidade de vida deles não se efetivam causando um retrocesso em uma situação que já progride devagar.

Dessa forma, a educação especial proporciona uma gama de assuntos a serem abordados em pesquisas posteriores para aprimorar o conhecimento a respeito do tema. Educar crianças e jovens com necessidades especiais não possui uma receita pronta (MENDES, 2006). Para isso, seria relevante levantar questões: A inclusão é totalitária no ensino regular? Como podem exigir que as Leis e medidas governamentais sejam cumpridas? Como a comunidade pode ajudar a pessoa com deficiência a desenvolver suas potencialidades? Esses questionamentos são passíveis de pesquisa científica futura. Dessa forma, quanto mais estudos associados a essa área da educação, melhores são as chances de um desenvolvimento educacional pleno do alunado com deficiência.

A graduação me proporcionou a formação profissional essencial e essas vivências em licenciatura, por intermédio dos estágios. Contudo, acredito que quando direcionada a educação especial, a licenciatura em Biologia carece de disciplinas formadoras sobre o tema. Apenas LIBRAS não é suficiente para suprir as necessidades de um professor que se deparará com educação especial em sua docência. Seria valoroso para as turmas de licenciatura que virão terem algumas optativas voltadas para o tema integradas a matriz curricular do curso para que possam se sentir preparados quando estiverem diante de alguma situação como as descritas aqui anteriormente.

Por fim, analisar as narrativas do professor, me gerou um grande conforto. Fez-me perceber que eu não estou sozinha em relação aos meus receios e que mesmo alguém experiente profissionalmente como ele, pode ter as mesmas dificuldades. No entanto, ele me fez perceber que a nossa profissão é fomentada na perseverança. Em um de seus discursos ele disse que só lhe resta melhorar cada dia mais. Essa afirmativa será muito utilizada pelo meu “eu docente” do futuro. Pretendo continuar evoluindo como docente, minha formação não estará encerrada apenas por que me formei, ser professor é continuar aprendendo diariamente e, se possível, aprendendo com os seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, 1998.

_____. Resolução CNE/CEB: **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Nº 2. Brasília: MEC, 2001.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015.

_____. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Institui a Lei sobre a Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial da União**, 2002.

_____. Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. **Diário Oficial da União**, 1961.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 72.425, de 3 de Julho de 1973. Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, 1973.

DO BRASIL, LEGISLAÇÃO FEDERAL. Constituição Federal de 1988. 1988.

CAVALCANTE, Dannuza Dias; SILVA, AFA da. Modelos didáticos de professores: concepções de ensino-aprendizagem e experimentação. **XIV Encontro Nacional de Ensino de Química**, 2008.

CASSANDRA CLARE. Cidade das Almas Perdidas. Editora Galera Record. 2017.

CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti; BARRETO, S. d. A música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser. **Revista Recre@rte**, v. 3, p. 1699-1834, 2005.

CUNHA, Maria Isabel da. Conta-me agora!: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 23, n. 1-2, 1997.

DE ARAÚJO, Maria Isabel; SOUSA, Sônia Bertoni. Um pouco da história da educação especial do município de Uberlândia. **Revista Especial de Educação Física–Edição Digital** v. 3, n. 1, 2006.

DE CASTRO LIMA, Maria Emília Caixeta; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O trabalho com narrativas na investigação em educação. **Educação em revista**, v. 31, n. 1, p. 17-44, 2015.

DE OLIVEIRA, Menezes; PAIVA, Vera Lúcia. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, 2008.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, v. 20, n. 24, p. 213-225, 2004.

- DUTRA, Claudia Pereira et al. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2007.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 3, p. 543-560, 2007.
- FONSECA, Maria Silian Mandu et al. Malformação de Dandy-Walker. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, v. 19, n. 1, p. 4-5, 2017.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso et al. Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira. 2004.
- GERALDI, C. M. G. Novelas de formação expressas em metáforas autobiográficas de escolaridade – atravessando margens, tempos e saberes. Trabalho apresentado no Painel: Aventuras de formação com fragmentos autobiográficos deslocando partituras e incluindo saberes, sujeitos, tempos e linguagens. X ENDIPE, mai-jun/2000.
- GONÇALVES, Fábio Peres et al. O diário de aula coletivo no estágio da Licenciatura em Química: dilemas e seus enfrentamentos. 2008.
- JANNUZZI, Gilberta de M. **A educação do deficiente no Brasil**. Editora: Autores Associados, 2017.
- LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em aberto**, v. 16, n. 69, 2008.
- LAVERGNE, Remi Fernand. A vontade de incluir. **Regime de verdade**, 2009.
- LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póesis Pedagógica**, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.
- LUFT, Celso Pedro. **Dicionário gramatical da língua portuguesa**. Editora Ática, 2001.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.
- MILANESI, Josiane Beltrame et al. Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista. 2012.
- MRECH, Leny Magalhães. O que é educação inclusiva. **Revista Integração**, v. 10, n. 20, p. 37-40, 1998.
- OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio; CAMPOS, Thaís Emilia. Avaliação em educação especial: o ponto de vista do professor de alunos com deficiência. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n. 31, p. 51-78, 2005.
- Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Ceará. **Modalidade Licenciatura**. Ceará, 2005.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Mídia e defi-**

ciência. Brasília: andi/Fundação banco do brasil, p. 160-165, 2003.

_____. Como chamar as pessoas que têm deficiência. **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, v. 1, n. 1, p. 8-11, 2003.

Ser diferente é normal. **Música**. Autores: Adilson Xavier e Vinicius Castro. Interpretação: Lenine.

DA SILVA, Carine Mendes; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2016.

DA SILVA, Luciene M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista brasileira de educação**, v. 11, n. 33, p. 424-434, 2006.

DE SOUZA, Salete Eduardo; DE GODOY DALCOLLE, Gislaine Aparecida Valadares. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. 2007.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS****A U T O R I Z A Ç Ã O**

Eu.....
....., abaixo assinado(a), autorizo **Karine de Oliveira Lopes**, estudante do curso de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Ceará, a utilizar as informações por mim prestadas durante a entrevista, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título “Ser diferente é educacional: A educação especial nas experiências de estágio” e está sendo orientado pelo Prof. Dr. Raphael Alves Feitosa.

Fortaleza, de de 20_____ .

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE B – GUIA DA ENTREVISTA

1. Durante a sua formação acadêmica você teve experiências com educação especial? (Disciplinas, palestras, estágios...)

2. No decorrer da sua vida docente houve alguma situação envolvendo alunos com necessidades especiais que você gostaria de relatar? (dificuldades, perseverança, sentimentos ...)

3. O que é inclusão para você? O que você acha da presença do aluno com deficiência no ensino regular? Você concorda com a inclusão?

4. No caso dos seus alunos especiais, como se dá o processo avaliativo do desempenho dele? Que fatores você observa/ avalia?

5. A escola dispõe de medidas político-pedagógicas para auxiliar esses alunos?

6. Existe apoio do corpo docente para que haja um desenvolvimento positivo do aluno na escola?

7. Você dispõe de material didático específico para os alunos que supram as suas necessidades?

ANEXO A - RESPOSTAS DO ENTREVISTADO

1. Em relação a minha formação acadêmica, eu não tive nenhuma disciplina, nada, nenhuma palestra, nenhum tipo digamos assim de conhecimento formal em relação a educação especial. É, é claro que isso também é culpa minha, né, por quê eu como estudante de graduação eu tenho o dever também de buscar, procurar essas ferramentas. Como eu não tive disciplinas obrigatórias e não tive conhecimento sobre disciplinas optativas que pudessem tratar desse assunto, realmente acabou passando batido. Pra falar a verdade, eu só passei a me preocupar com a educação especial depois que eu me formei quando eu tive contato com alunos que tinham necessidades especiais. Então, durante a minha formação acadêmica de graduação eu não tive nenhuma experiência nesse sentido.

2. “As experiências com alunos especiais elas variam muito, né. No meu caso especificamente eu trabalho com alguns alunos que tem deficiência visual. Alguns tem deficiência visual completa e outros têm deficiência visual parcial ou baixa. E é um misto de sentimentos, né. Tem momentos que você acha que tá fazendo tudo certo, tem momentos que você acha que eles tão entendendo tudo e que você tá sendo um ótimo professor, mas tem momentos que você acha que eles não estão nem aí pra aula que você não tá conseguindo fazer eles entenderem tem momentos que você realmente fica mais pra baixo e que você se sente um pouco impotente. Então, eu acho que é um misto de sentimentos que você acaba tendo. Já tive situações boas, dos alunos gostarem da didática, do que eu levei pra eles. E também tive situações onde os alunos mostraram que não tavam conseguindo acompanhar que eles não tavam conseguindo entender o conteúdo, mas a gente tem sempre que tentar fazer o melhor. É claro que muitas vezes a gente não consegue, mas eu tô aprendendo que, assim, se eu não conseguir uma vez, vou lá e tento de novo. A gente tem sempre que insistir.”

3. “Pra mim, inclusão é quando as pessoas estão convivendo no mesmo ambiente e todas estão contribuindo para a aprendizagem. Então, pra mim um aluno com deficiência, no meu caso deficiência visual, inclusão é ele tá na sala de aula com os outros alunos, mas além de estar na sala de aula presencialmente... Que o professor tenha métodos, tenha como fazer com que esse aluno desenvolva essa aprendizagem. Então, a inclusão não é só está lá fisicamente, mas é está lá também, digamos assim, socialmente. É ser visto, é ser notado. É você estar lá e o professor saber que você está lá e ele fazer algo ou a escola fazer algo por você também e pra que você possa despertar as suas potencialidades. Então nesse sentido eu concordo com a inclusão. Eu entendo que a inclusão tem vários pontos positivos, e o maior é para o próprio aluno que está sendo incluído. No caso, se tivermos um aluno deficiente visual e ele for excluído a aprendizagem dele vai ficar muito comprometida. Então melhora a aprendizagem dela, melhora a sociabilidade dela, mas também melhora a sociabilidade dos outros estudantes que ao lidar com um aluno teoricamente diferente deles, eles aprendem sobre diversidades e aprendem que as pessoas tem necessidades diferentes. E eu acho que isso engrandece a turma, sendo bom pros dois lados.”

4. “O processo avaliativo deles... No meu caso, é o seguinte, como eu dou aula para os terceiros anos do ensino médio, as avaliações do terceiros anos é feita em forma de simulados visando o ENEM e a UECE. Então, os alunos fazem simulado estilo ENEM e UECE. Então, acontece duas coisas 1) é claro que o deles é adaptado, é passado para a linguagem deles, no caso o Braille. 2) Além disso, a gente tenta observar de forma qualitativa como tá o desempenho deles em sala de aula. Se eles respondem as questões passadas pra eles, com que tá a motivação deles, por que a motivação é um grande *feedback*. Se um deles se mostra desmotivado, pode ser por que ele não tá conseguindo se engajar muito nas atividades. Então se observa

a motivação, se observa as respostas que eles dão em sala de aula, observam como eles se relacionam com a turma, observa também o nível de melhoria deles de quando eles chegaram e em que nível do conteúdo ele está. Se discute com os outros alunos e com os demais professores sobre o desenvolvimento do aluno deficiente visual reservadamente, para saber o que ele está achando do conteúdo e quais as dificuldades. As vezes, o aluno deficiente visual não se sente confortável pra falar diretamente com a gente, por isso buscamos conversar com os outros alunos. Então, tem esses dois fatores, né, a adaptação da avaliação e a avaliação qualitativa.”

5. “Em relação as políticas politico-pedagógicas nós do A. B. temos um grande histórico de trabalhar com a diversidade de alunos, de todos os tipos. Desde deficiências visuais, mentais, até diversidade financeira e cultural. E tudo que se é feito é pensando nesses alunos. No entanto, no começo as vezes custa um pouco, as vezes tem um esquecimento, tenho de confessar, de você ir preparar um evento e se esquecer de englobar as necessidades específicas de alguns alunos e se torna um pouco constrangedor. Mas tão logo você se acostuma e entra na rotina da escola e ajuda a escola a acolher todos esses alunos. Seja modificando a estrutura da escola, seja conversando com os alunos especiais, seja conversando com os outros alunos, seja conversando com os familiares, seja conversando com os outros professores pra poder ser realizado esse apoio e auxílio de uma forma eficiente. E mesmo com tudo isso, ainda não estamos assim com uma situação confortável, podemos dizer assim, ideal. Acredito que estamos um pouco longe, mas ainda sim caminhando para as melhorias.”

6. “A nossa escola ela tem um espaço, a sala de multimeios, voltado para os alunos de deficiência visual e tem uma professora que tem formação especializada para lidar com eles. E nesse espaço eles tem algumas aulas particulares, além do conteúdo visto em sala de aula. E eles vão pra lá, nesse espaço e se sentem bem a vontade. É um espaço em que eles tem acesso a modelos didáticos, tem os livros em Braille. E essa professora presta apoio aos outros professores. A gente chega lá e pergunta se, por exemplo, um TD tá bom pra ser passado pra Braille... E se o que estamos preparando faz sentido pra eles e se é adequado.”

7. “Em relação ao material didático... É, os alunos eles recebem o livro, então é utilizado o próprio livro e eles tem pelo menos uma parte desses livros em Braille, dependendo da matéria eles já possuem o livro todo em Braille. Infelizmente, não são todos os livros que estão disponíveis nessa situação. Eles podem consultar alguns livros extra-didáticos na sala de multimeios, mas não são muitos livros. E tem alguns modelos didáticos que são feitos pelos próprios professores, como existe essa demanda de tempo pra fazer esses modelos eles também não são muitos, por que os professores ou não fazem ou fazem muito pouco. Então, não é como se tivesse material didático em grande quantidade e em qualidade satisfatória. No caso da biologia, seria ideal que tivesse um modelo didático para cada conteúdo, mas isso não acontece. E além disso, temos acesso a alguns programas de computador que servem pra leitura dinâmica e instantânea que eles adoram por que facilita a vida deles. Então temos, materiais confeccionados pelos professores, modelos prontos, livros em Braille e aplicativos de computador. Não estou dizendo que é o ideal, falta muita coisa, mas com o que temos conseguimos suprir as necessidades básicas deles.”